

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
Despacho	NP: icbwawch SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 21/01/2026 Projeto de lei nº 33/2026 Protocolo nº 262/2026 Processo nº 55/2026	
Autor: Dep. Wilson Santos		

Autoriza o Poder Executivo Estadual a efetuar o pagamento retroativo de vantagens funcionais suspensas em razão das vedações impostas durante o período de enfrentamento à pandemia da Covid-19, e dá outras providências.

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a efetuar o pagamento retroativo das vantagens funcionais legalmente previstas no regime jurídico dos servidores públicos estaduais, cujos períodos aquisitivos tenham ocorrido entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Para os fins desta Lei, consideram-se vantagens funcionais passíveis de pagamento retroativo, entre outras previstas em lei estadual:

I – adicional por tempo de serviço, tais como anuênios, triênios e quinquênios;

II – sexta-parte, quando aplicável;

III – licença-prêmio por assiduidade;



IV – demais vantagens de natureza temporal ou funcional cuja aquisição tenha ocorrido no período mencionado no art. 1º.

Art. 3º O pagamento retroativo de que trata esta Lei fica condicionado:

I – à existência de previsão legal específica no âmbito do Estado de Mato Grosso para a concessão da respectiva vantagem;

II – à disponibilidade orçamentária e financeira do Poder Executivo;

III – ao cumprimento dos limites e demais exigências constitucionais e legais relativas às despesas com pessoal ativo e inativo;

	<p>Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa</p>	
---	--	---

IV – à inexistência de transferência de encargos financeiros a outros entes federativos.

Art. 4º O pagamento poderá ser realizado de forma parcelada, conforme critérios a serem definidos pelo Poder Executivo, observadas a capacidade financeira do Estado e as normas de responsabilidade fiscal.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso a efetuar o pagamento retroativo das vantagens funcionais dos servidores públicos estaduais que tiveram seus períodos aquisitivos completados durante o período de vigência das restrições impostas pela Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020, no contexto do enfrentamento à pandemia da Covid-19.

Com a publicação da Lei Complementar Federal nº 226, de 13 de janeiro de 2026, restou expressamente autorizada a possibilidade de pagamento retroativo dessas vantagens, desde que haja Lei específica do respectivo ente federativo, disponibilidade orçamentária e observância das normas constitucionais e fiscais aplicáveis às despesas com pessoal.

Durante o período de calamidade pública, diversas vantagens de natureza funcional e temporal, como adicionais por tempo de serviço e licenças-prêmio, tiveram sua implementação suspensa, embora os servidores tenham continuado a exercer regularmente suas atribuições. A nova autorização legislativa federal busca corrigir essa distorção, sem impor obrigação automática, respeitando a autonomia dos entes subnacionais.

O presente Projeto adota caráter autorizativo, preservando o juízo de conveniência e oportunidade do Poder Executivo, bem como a responsabilidade fiscal, ao condicionar eventual pagamento à existência de previsão legal, à disponibilidade orçamentária e ao cumprimento dos limites constitucionais de despesa com pessoal.

Dessa forma, a proposta representa medida de justiça administrativa, segurança jurídica e valorização do servidor público, sem violar a separação dos Poderes ou gerar impacto financeiro imediato e compulsório ao Estado.

Diante do exposto, entende-se que a matéria é de relevante interesse público, razão pela qual se submete o presente Projeto de Lei à apreciação dos Nobres Parlamentares.

Edifício Dante Martins de Oliveira
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbours” em 21 de Janeiro de 2026



Estado de Mato Grosso
Assembleia Legislativa



Wilson Santos
Deputado Estadual